

A inauguração da Sala Lilás Janaína Bezerra na Universidade Federal do Piauí:
institucionalização do enfrentamento ao assédio e suas implicações¹

Tayná Egas Costa (UFPR/PR)²

Lara Roberta Rodrigues Facioli (UFPR/PR)³

Palavras-chave: violência de gênero; governamentalidade; universidade

INTRODUÇÃO

A inauguração da Sala Lilás Janaína Bezerra na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 28 de agosto de 2025, materializa a institucionalização das políticas antiassédio prevista na Lei nº 14.540/2023 (BRASIL, 2023), que determina às instituições federais de ensino superior a criação de mecanismos permanentes de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação. A Sala Lilás foi instituída mediante Acordo de Cooperação Técnica (nº 03/2025) entre a Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP-PI) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), em alinhamento com o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação da UFPI (Resolução nº 326/2025). O propósito desse equipamento é constituir, no ambiente universitário, um programa de caráter permanente de prevenção e combate a violências de gênero e assédios direcionados à mulher e inserindo-se na tradição brasileira de judicialização e formalização da violência de gênero, cuja trajetória remonta à criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) na década de 1980 e se desdobra nas políticas de enfrentamento à violência doméstica estudadas por Pasinato (2011). Este artigo, parte de pesquisa de doutorado em Sociologia, expõe partes do diário de campo em que analisa a cerimônia inaugural do equipamento à luz do dispositivo foucaultiano (FOUCAULT, 2008), ao entrelaçar saberes jurídicos, psicológicos e gerenciais em torno

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Doutoranda em Sociologia (PPGSOCIO/UFPR), bolsista CAPES-DS, taynaegas@gmail.com.

³ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, Setor de Humanas da UFPR, larafacioli@gmail.com.

da violência de gênero universitária, tensionando precariedades diferenciais (BUTLER, 2015, 2019) nas violências em contexto universitário.

A metodologia triangula observação não participante da cerimônia inaugural, análise documental do Plano Setorial da UFPI (Resolução nº 326/2025) e dos dados do 1º Boletim de Feminicídio do Piauí (PIAUÍ, 2026), e revisão de literatura nos campos da sociologia do gênero e das políticas públicas de enfrentamento à violência. A partir do relato de campo, apresento as contradições entre o discurso oficial de sucesso e as materialidades precárias observadas, problematizando os limites e potencialidades da governamentalidade neoliberal do assédio, termo compreendido como o conjunto de tecnologias de governo que, ao mesmo tempo em que nomeia e torna visível a violência de gênero universitária, a traduz em métricas gerenciáveis, denúncias tramitadas e visualizações acumuladas, deslocando o problema estrutural para a gestão individualizada do risco (FOUCAULT, 2008).

No contexto brasileiro, a judicialização da violência de gênero antecede a institucionalização universitária: desde as DEAMs aos mecanismos oriundos da Lei Maria da Penha (2006), o Estado brasileiro construiu, de forma gradual, uma arquitetura normativa de enfrentamento que tende a traduzir violências relacionais e simbólicas em procedimentos formais (PASINATO, 2011). A Lei nº 14.540/2023 representa a extensão dessa lógica formalizadora ao âmbito acadêmico, transplantando para as universidades federais o modelo de atendimento setorizado que já caracteriza as políticas de segurança pública para mulheres. A Sala Lilás na UFPI inova ao integrar fluxos de atendimento psicológico, jurídico e de denúncia em um dispositivo específico, mas herda também os limites dessa arquitetura: a tensão entre acolhimento e burocratização, entre visibilidade institucional e acesso real, entre métricas de desempenho e transformação cultural. São essas contradições que os quatro tópicos a seguir exploram, a partir de cenas do campo de pesquisa em triangulação com os dados do Plano Setorial e do 1º Boletim de Feminicídio do Piauí.

DESENVOLVIMENTO

1. Invisibilidade territorial versus narrativa de acesso de sucesso

A Universidade Federal do Piauí, fundada em 1984, conta com cinco campi em distintas cidades do estado, sendo o campus Ministro Petrônio Portella a sede institucional e de maior contingente da comunidade acadêmica. Localizado na capital Teresina (PI), na região leste, no bairro de Fátima, ao longo da avenida homônima, o campus abriga, além das unidades de ensino, o Colégio Técnico Agrícola, o Hospital Universitário, o Hospital Veterinário Universitário e órgãos administrativos como as reitorias, a prefeitura universitária, bibliotecas, restaurantes e residência universitária. Seu território interno é dividido em seis centros de áreas do conhecimento, a saber: Centro de Tecnologia (CT), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e Centro de Ciências da Natureza II (CCN II) e, que são distribuídos em setores geograficamente distantes entre si, o que frequentemente exige deslocamento por ônibus, carro ou moto. O percurso a pé é possível apenas entre centros próximos, mas a temperatura elevada e a sensação de insegurança tornam essa opção penosa para grande parte da comunidade acadêmica.

Indo de carro para o campus, consigo visualizar, logo na entrada do portal, o Hospital Universitário à direita e, à esquerda, a entrada para o espaço Rosa dos Ventos, onde se concentram a biblioteca central, o restaurante universitário, o planetário, a editora EDUFPI e alguns estabelecimentos bancários e comerciais. Seguindo pela avenida até o balão central, a bifurcação à esquerda conduz ao CT, ao CCHL e ao CCN II, além do Centro de Moda; à direita, chega-se à reitoria, à prefeitura universitária, ao CCS, ao DCE e aos demais centros. Para além desses eixos principais, a localização de salas de aula, laboratórios, coordenações e espaços de apoio acadêmico exige atenção redobrada, pois é necessária a frequentemente gentileza de transeuntes dispostos a indicar o caminho. A arquitetura do campus é um labirinto de corredores e vãos gradeados que só se revela a quem já o habitou por tempo suficiente.

localização da Sala Lilás situada nos fundos de um prédio administrativo, distante de paradas de ônibus, salas de aula e espaços de convivência configura uma barreira de acesso físico estrutural, especialmente aguda para vítimas em situação de violência ou assédio agudo, que demandam atendimento imediato. A investigação sobre a divulgação do espaço revelou a aposta da instituição no alcance digital: lançados no 1º Boletim de Femicídio do Piauí expôs as 89,3 mil visualizações em redes sociais nos primeiros 90 dias de funcionamento (PIAUÍ, 2026, p. 12). Esse dado, porém, precisa ser lido em contraste com os 80 atendimentos psicossociais realizados no mesmo período, uma média de quatro atendimentos mensais em uma universidade com 18 mil estudantes⁴. A distância entre alcance virtual e acesso físico não é acidental: ela é constitutiva do modo como a governamentalidade neoliberal opera, produzindo visibilidade performativa sem necessariamente garantir acessibilidade material.

O dispositivo Sala Lilás não apenas acolhe denúncias: ele nomeia e classifica violências, estabelecendo fronteiras entre o assédio reconhecido institucionalmente e as experiências que permanecem fora do campo de inteligibilidade dos protocolos. Essa produção de saber-poder redefine as sensibilidades universitárias, tornando certas formas de dano visíveis enquanto silencia outras. Como aponta Foucault (2008), um dispositivo não se reduz à soma de seus instrumentos também produz sujeitos, hierarquias e regimes de verdade que organizam o que pode ser dito, denunciado e atendido. A Sala Lilás, nesse sentido, é também uma tecnologia de produção de vítimas reconhecíveis e de violências nomeáveis.

O Protocolo Interno de Atendimento da Sala, instrumento técnico-normativo que sistematiza os fluxos e procedimentos de atendimento às mulheres em situação de violência de gênero e assédio no contexto da UFPI, prevê atendimento exclusivo de mulheres cisgênero e transgênero. Sua divulgação, contudo, se faz prioritariamente por meios digitais e canais institucionais da universidade e reforça a estratégia que mensura alcance virtual sem garantir acesso físico, evidenciando a distância entre métricas oficiais e materialidades vividas. A governamentalidade digital⁵ produz visibilidade performativa

⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. UFPI em números: 2021-2025. Teresina: PROPLAN, 2025. Disponível em: <https://ufpi.br/ufpi-em-numeros-proplan>. Acesso em: 13 abr. 2026.

⁵ O conceito de governamentalidade digital em Han refere-se à transição do regime disciplinar para um regime psicopolítico, onde o controle é exercido através da exploração voluntária de dados e da modulação do psiquismo pelos algoritmos, em outras palavras, governamentalidade digital é o uso de tecnologias, dados e algoritmos para monitorar, prever e moldar o comportamento das populações. É a passagem do governo baseado na disciplina física para um governo baseado na gestão da informação, onde o poder é

que convive, contraditoriamente, com a invisibilidade territorial do próprio equipamento para vítimas em situação aguda, em outras palavras, para aquelas cujo acesso à sala precisaria ser não apenas comunicado, mas facilitado materialmente.

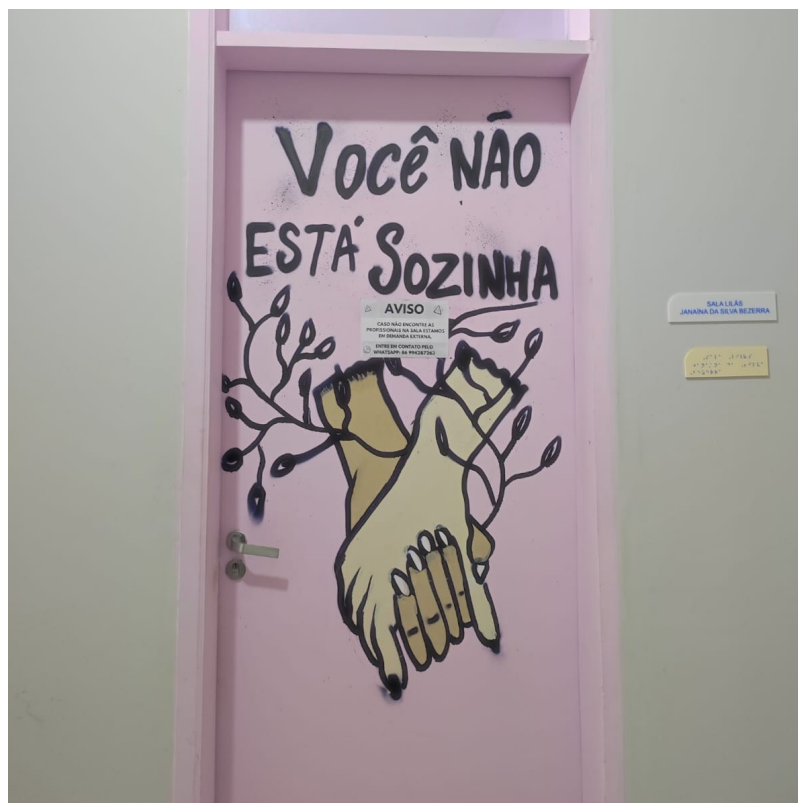


Figura 1- Porta grafitada "Você não está sozinha" com placa de identificação da Sala Lilás Janaína Bezerra com tradução em braile, UFPI. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, agosto 2025.

2. A mesa cerimonial: disputa encenada por regimes de verdade

Não conhecia as pessoas daquele centro. Fui gravando mentalmente a disposição dos presentes no salão. O grupo de estudantes que entoava palavras de ordem silenciou ao entrar, subindo por uma rampa de acesso lateral ao palco, recuperando-se do calor e dos gritos. Na frente da grande mesa coberta de toalhas lilás, as paredes exibiam placas comemorativas de turmas de medicina adornando os índices de uma memória institucional alheia àquela cerimônia. Naquele espaço identifiquei um pedestal com microfone posicionado para o cerimonial, no mesmo momento os jornalistas acomodavam câmeras e equipamentos de iluminação. Reconheci representantes do Diretório Central dos Estudantes, do movimento estudantil e servidores do estado,

exercido através da arquitetura digital que nos cerca. (HAN, 2018).

principalmente da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres. Na proporção de presentes, cerca de 80% eram mulheres com destaque para algumas vestindo roupas lilás. Busquei assento ao fundo para ter visão geral do salão.

A composição da mesa cerimonial revelava, por si mesma, a geometria de poder que sustentava o dispositivo. A reitora Nadir Nogueira ocupava o centro; à sua direita, o secretário de Segurança Pública do estado, Chico Lucas; à esquerda, a tenente-coronel Elizete Lima, diretora de Defesa Social da SSP-PI e única mulher a ocupar uma superintendência na pasta de segurança pública do estado. Nas bordas da mesa estavam Zenaide Lustosa, ex-secretária de Políticas para as Mulheres, e representantes da ADUFPI e do SINTUFPI. Nas extremidades opostas, quase às margens do enquadramento oficial, sentavam-se as representações discentes, o movimento estudantil e a mãe de Janaína Bezerra, Maria do Socorro Silva. A disposição espacial não era aleatória: ela reproduzia, na configuração da mesa, as hierarquias institucionais que o dispositivo afirmava combater e relegando às margens as vozes de quem primeiro nomeou a violência e suportou suas consequências.

Cada ator presente reivindicava para si a autoria do dispositivo, em disputas que Foucault (2008) identificaria como regimes de verdade concorrentes. A reitora Nadir anunciava 'pioneirismo feminino na UFPI'; o secretário Chico Lucas prometia 'punição exemplar aos agressores'; a tenente-coronel Elizete enfatizava sua 'articulação pessoal' na construção da parceria; a ex-secretária Zenaide cobrava 'rede intersetorial'. Essas narrativas disputavam a autoria de uma política que o 1º Boletim de Feminicídio descreveria, de forma consensualizada, como 'fruto de uma parceria entre SSP-PI e Universidade Federal do Piauí' (PIAUÍ, 2026, p. 8), síntese que apaga precisamente as tensões e assimetrias que tornaram possível tal parceria, especialmente a subordinação da política acadêmica às lógicas departamentalizadas do aparato de segurança pública estadual.

Após os discursos, os presentes foram conduzidos a um corredor estreito, em frente a uma porta grafitada com a frase 'Você não está sozinha', sobre a figura de mãos atadas adornadas de flores, com a identificação 'SALA LILÁS JANAÍNA DA SILVA BEZERRA' e tradução em braile ao lado do grafite. A porta sintetizava as tensões do dispositivo: o simbolismo acolhedor convivendo com as limitações operacionais. O 1º Boletim descreve o Protocolo Interno como instrumento que sistematiza fluxos em três

eixos destacando a prevenção (palestras, rodas de conversa, campanhas), o enfrentamento (acompanhamento de denúncias junto à Ouvidoria e ao canal federal Fala.br) e a formação (rede interinstitucional) (PIAUÍ, 2026). Contudo, a operação com atendimento reduzido e sem orçamento próprio evidencia a contradição que Pasinato (2011) já identificava nas Delegacias de Atendimento à Mulher: a formalização de protocolos não se converte automaticamente em capacidade institucional de resposta, sobretudo quando o financiamento e a continuidade dependem de vontade política e parcerias intersetoriais instáveis.

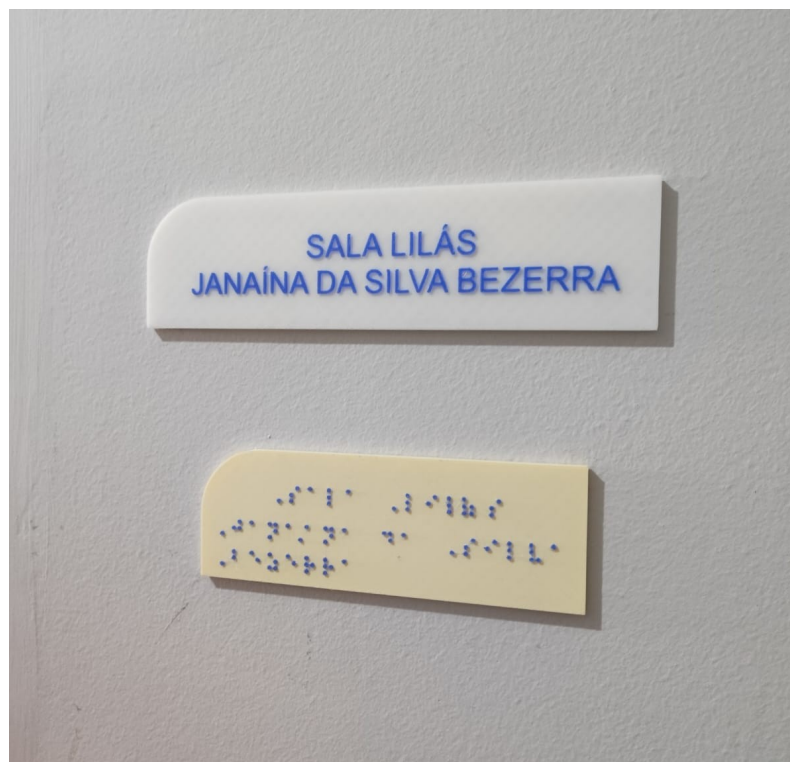


Figura 2 - Placa da Sala Lilás Janaína Bezerra com tradução em braile, UFPI. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, agosto de 2025.

A análise crítica dos dados oficiais revela limites estruturais que as métricas performativas tendem a obscurecer. As 652 pessoas alcançadas em ações de prevenção representam 3,5% dos 18 mil estudantes da UFPI; os 80 atendimentos psicossociais realizados em seis meses equivalem a uma média de quatro por mês; as 15 denúncias formalizadas indicam uma taxa de conversão de 18% entre atendimentos e registro formal dado que, na literatura sobre delegacias de gênero, Pasinato (2011) associa a barreiras de confiança institucional e ao receio de represálias. O dispositivo mensura atividade

performativa sem garantir transformação cultural: Foucault (2008) explicaria tal governamentalidade neoliberal como o processo pelo qual violências estruturais são traduzidas em métricas gerenciáveis, nas quais as denúncias tramitadas, usuárias monitoradas, visualizações acumuladas podem ilustrar essa situação. Butler (2015, 2019) problematiza a seletividade inerente a esse processo: Janaína Bezerra personifica a 'vida passível de luto institucional' que legitima o dispositivo, enquanto as microviolências cotidianas, como as piadas sexistas em sala, assédio por parte de coordenadores, constrangimentos racializados permanecem fora dos protocolos, invisíveis às métricas oficiais.

3. Janaína Bezerra: corpo reconhecível de luto institucional

O caso da discente Janaína da Silva Bezerra, ocorrido nas dependências da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em janeiro de 2023⁶, configura um marco crítico nas discussões sobre segurança institucional e violência de gênero no ambiente universitário no Piauí. O episódio, que culminou no óbito da estudante após atos de violência sexual perpetrados por um pós-graduando da instituição, resultou em uma sentença inicial de dezoito anos e seis meses de reclusão para o acusado, Thiago Mayson Barbosa. Todavia, o cenário jurídico apresentou nova complexidade em maio de 2025, quando o Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) proferiu decisão pela anulação da decisão em primeira instância, reabrindo o debate acerca da análise do caso penal com agravante de gênero e da preservação dos direitos humanos no contexto acadêmico regional.

Maria do Socorro Silva, mãe de Janaína Bezerra, durante a cerimônia chorava pedindo justiça pelo feminicídio ocorrido dentro da própria UFPI. Ao tomar o microfone, sua fala fraturava a narrativa cerimonial: não era de celebração que ela falava, mas de ausência e de luto não concluído. A reitora Nadir Nogueira prestou homenagem discreta, mantendo distância emocional e retomando rapidamente o registro protocolar. No palco lateral, estudantes do movimento estudantil reiteravam a denúncia original contra a instituição com gritos de 'Mulher preta, periférica também é mulher universitária' grito de slogan que condensava a crítica à seletividade do reconhecimento institucional. Esses gritos foram gradualmente silenciados pelo andamento do cerimonial, que os absorveu como pano de fundo, sem incorporar seu conteúdo político à narrativa oficial. O contraste

⁶ Para mais informações sobre o caso Janaína Bezerra acesse: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/09/30/caso-janaina-bezerra-juri-condena-thiago-mayson-a-18-anos-de-prisao-por-estupro-e-assassinato-de-estudante-na-ufpi.ghtml>.

entre o luto da mãe, a denúncia do movimento estudantil e a solenidade protocolar da mesa revelava, em cena, o que Butler (2015) descreve como a distribuição desigual da visibilidade: algumas perdas são públicas e legitimadas; outras permanecem sem nome e sem resposta.

A institucionalização redefine quem é reconhecido como vítima e em que condições essa vítima se torna legível para as políticas de proteção. Me apoiando na ótica de Butler (2015, 2019), a Sala Lilás constitui uma política de reconhecimento da vulnerabilidade diferencial: ao nomear Janaína Bezerra e inscrever seu nome no espaço físico, a instituição performa um gesto de luto e responsabilidade que, paradoxalmente, também delimita o perímetro do reconhecível. Mulheres em posições hierarquicamente vulneráveis, ou melhor, as estudantes, servidoras não docentes, mulheres negras e periféricas tornam-se sujeitos privilegiados de proteção no discurso, mas as condições estruturais que as expõem à violência permanecem intactas. A exclusividade do atendimento a mulheres cisgênero e transgênero, embora necessária como delimitação do escopo, não resolve a questão das violências de gênero que se manifestam nas intersecções de raça, classe, orientação sexual e deficiências.

Essa política define precariedade 'legítima', produzindo hierarquias entre vítimas reconhecíveis e não reconhecíveis que reproduzem, no interior do próprio dispositivo de proteção, as assimetrias que o originaram. A presença dos movimentos estudantis na inauguração evidencia as disputas em torno de quais violências devem ser priorizadas e quem tem autoridade para nomeá-las, de modo que é tensionado a narrativa institucional de cuidado universal. O movimento estudantil, que primeiro nomeou publicamente o feminicídio de Janaína Bezerra e exigiu responsabilização institucional, ocupava, na cerimônia, a posição de testemunha incômoda: presente, mas marginal à mesa; ouvido, mas não incorporado ao discurso oficial. A institucionalização, nesse sentido, opera também como contenção: ao absorver a demanda do movimento em um dispositivo formal, ela reduz a pressão por transformações mais amplas nos regimes de poder universitários.

Butler (2015) ajuda a entender essa seletividade ao distinguir entre vidas que são 'passíveis de luto' institucionalmente e àquelas cujas perdas é reconhecida publicamente como perda e, no outro extremo as vidas que permanecem fora desse enquadramento. Janaína Bezerra torna-se, na inauguração, símbolo que legitima o dispositivo: sua morte

serve de fundamento performativo para a política, ao mesmo tempo em que a agência coletiva estudantil que primeiro nomeou a violência é deslocada para a margem da narrativa. A mãe que chora e o movimento que grita ocupam, na cerimônia, posições simétricas: ambos testemunham a insuficiência do reconhecimento institucional diante da materialidade irreversível da perda.

4. Governabilidade neoliberal: do atendimento à métrica

Durante a cerimônia os discursos performatizavam o que Foucault (2008) designou como governamentalidade avançada: a produção de tecnologias de si e de governo que traduzem demandas coletivas em soluções gerenciais individualizadas. A reitora Nadir cobrava 'câmeras no campus' como uma resposta para a segurança no campus deslocando o problema da cultura universitária para a vigilância do espaço físico; o secretário Chico Lucas prometia 'punição exemplar aos agressores' transmitindo a lógica punitiva que individualiza responsabilidades sem tocar nas condições estruturais de produção da violência; Líbia Mafra, representante do SINTUFPI, questionava a ausência de 'orçamento para plantões' e de forma sutil apontava para a contradição entre a retórica de cuidado permanente e a realidade de um serviço operando sem financiamento autônomo; Rossana Marinho, da ADUFPI, alertava para as complexidades regionais dos feminicídios piauienses e para os riscos de uma padronização nacional que não dá conta das especificidades locais, desafiando a pretensão universalizante do Plano Setorial (Resolução UFPI nº 326/2025) (UFPI, 2025). Cada fala apontava, a seu modo, para o mesmo limite: o dispositivo foi constituído, mas não dotado das condições materiais e estruturais para operar além da performatividade inaugural.



Figura 4 – Post da Secretaria de Segurança Pública do Piauí sobre a inauguração da Sala Lilás Janaína da Silva Bezerra, UFPI, 28 de agosto de 2025. Fonte: Facebook/SSP-PI, 2025.

Embora a Sala Lilás represente avanço no reconhecimento institucional da vulnerabilidade, persistem tensões entre simbolismo e transformação estrutural. O acolhimento imediato contrasta com a persistência de hierarquias de gênero que produzem tais violências. Como Butler (2019) argumenta, políticas que reconhecem precariedade sem alterar condições estruturais que a geram podem reforçar, paradoxalmente, as relações de poder existentes.

A dependência de parcerias com secretarias estaduais de segurança pública evidencia os limites da autonomia universitária na construção de uma política que deveria ser, antes de tudo, educacional. A articulação intersetorial, embora necessária diante da escassez de recursos próprios, subordina a política acadêmica a lógicas departamentalizadas que tendem a burocratizar o cuidado e despolitizá-lo resultando no tratamento do assédio e da violência de gênero como problemas de ordem pública a serem gerenciados, e não como sintomas de uma cultura universitária que precisa ser transformada. Esse deslocamento da dimensão educativa para a dimensão burocratizada e gerencial da violência é, em si mesmo, um efeito da governamentalidade neoliberal que o dispositivo tanto nomeia quanto reproduz.

CONCLUSÃO

A cerimônia de inauguração da Sala Lilás Janaína Bezerra condensou, em poucas horas, as contradições constitutivas do dispositivo que ali se materializava. Quatro cenas do campo sintetizam essas tensões e permitem avançar nas reflexões sobre os limites e potencialidades da institucionalização do enfrentamento à violência de gênero no ambiente universitário.

A invisibilidade territorial do equipamento que é localizado nos fundos de um prédio administrativo, sem sinalização física, distante dos fluxos cotidianos da comunidade acadêmica revelou a contradição entre a visibilidade digital performativa (89,3 mil visualizações em redes sociais em 90 dias) e o acesso material ao espaço. Para vítimas em situação de violência ou assédio agudo, a acessibilidade não pode depender de conectividade digital ou familiaridade prévia com a arquitetura do campus. Transformação estrutural exige sinalização física permanente, localização estratégica próxima aos fluxos acadêmicos cotidianos e protocolos de acesso que não pressuponham que a vítima já saiba aonde ir.

A análise da mesa cerimonial e dos dados quantitativos oficiais revelou os limites da formalização como estratégia exclusiva de enfrentamento. Os 80 atendimentos em seis meses, em uma universidade de 18 mil estudantes, indicam não apenas subdimensionamento da demanda, mas também barreiras de acesso, confiança e visibilidade que os protocolos atuais não alcançam. Como demonstrou Pasinato (2011) em relação às DEAMs, a criação de dispositivos formais de atendimento não elimina automaticamente os obstáculos que dificultam o registro de violências, mas evidencia aquelas que envolvem relações de poder assimétricas entre agressores e vítimas no interior da própria instituição. A transformação exige orçamento autônomo, equipe técnica permanente e indicadores que vão além das métricas de atendimento, alcançando dimensões culturais e relacionais da vida universitária.

A presença de Maria do Socorro Silva e do movimento estudantil na cerimônia evidenciou o descompasso entre o luto institucional performativo e o luto real de quem perdeu, ou de quem primeiro nomeou a perda. Butler (2015, 2019) oferece a chave para compreender esse descompasso: a institucionalização opera uma seleção de vidas passíveis de luto e de demandas passíveis de resposta que reproduz, no interior do próprio dispositivo de proteção, as hierarquias que o originaram. Políticas efetivas de reconhecimento da precariedade diferencial precisam incorporar não apenas as vítimas de

violências extremas, aquelas cujo nome já pode ser inscrito em uma placa, mas também as múltiplas formas cotidianas de violência que permanecem fora dos protocolos: microviolências racializadas, assédio hierárquico, constrangimentos simbólicos que não alcançam o limiar da denúncia formal.

Os discursos na inauguração revelaram a governamentalidade neoliberal em ação: câmeras, punições, plantões, métricas e protocolos. Todas elas são respostas gerenciais que tratam a violência de gênero como problema de gestão, e não como sintoma de relações de poder que precisam ser transformadas. A Sala Lilás Janaína Bezerra, na UFPI performatiza responsabilidade numérica com dados de denúncias tramitadas, atendimentos registrados, visualizações contabilizadas em métricas de sucesso, mas os saberes-poder universitários que sustentam as violências de gênero permanecem, em grande medida, intactos. A dependência de parcerias para a segurança no cotidiano do campus fragiliza a autonomia universitária e desloca o eixo da política educacional para o eixo da segurança pública, com os riscos de burocratização e despolitização do cuidado que esse deslocamento implica.

O 1º Boletim de Feminicídio celebra: 'o primeiro passo em direção a um ambiente sem assédio e outras violências já foi dado' (PIAUÍ, 2026, p. 16). É um primeiro passo e como tal, precisa ser reconhecido, sem que esse reconhecimento apague o longo caminho que ainda não foi percorrido. Butler (2019, p. 112) contrapõe: reconhecer numericamente a precariedade sem romper as hierarquias que a reproduzem pode reforçar, paradoxalmente, as próprias relações de poder que se pretende superar. A Sala Lilás Janaína Bezerra é uma arena de disputa, não um ponto de chegada. Sua eficácia e sua legitimidade dependerão da capacidade de produzir novas sensibilidades universitárias: aquelas que nomeiem e enfrentem não apenas as violências que chegam à denúncia formal, mas as que persistem no cotidiano das salas de aula, corredores e relações de poder que estruturam a vida acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.540**, de 3 de abril de 2023. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 abr. 2023.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Programa Nacional das Salas Lilás**. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres>>. Acesso em: 26 fev. 2026.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977–1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Ayiné, 2018.

PASINATO, Wânia. Feminicídios e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 219–246, 2011.

PIAUÍ. **1º Boletim de Dados de Feminicídio do Piauí**. Teresina: SSP-PI, 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). **Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação**. Aprovado pela Resolução nº 326/2025, de 25 de junho de 2025. Teresina: UFPI, 2025.

COSTA, Tayná Egas. **Diário de Campo: Inauguração Sala Lilás Janaína Bezerra**. UFPI, 28 ago. 2025. Inédito.